

26º SEMINÁRIO NACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO
O ENSINO DA ARTE EM TEMPOS DE CRISE
5º ENCONTRO REGIONAL SUL DA REDE ARTE NA ESCOLA

A Abordagem do Ciclo de Políticas e a Constituição do Currículo em Educação Musical: Usos e implicações

Bruno Felix da Costa Almeida (UERGS)
Cristina Rolim Wolffenbüttel (UERGS)

Resumo: O escopo do texto apresenta um recorte da investigação que objetiva elaborar um Currículo em Educação Musical para o contexto da Educação Básica de um dos colégios da Rede Sinodal de Educação, localizado no Rio Grande do Sul, balizada pelo questionamento: Como a Abordagem do Ciclo de Políticas pode contribuir para a elaboração da proposta do Currículo em Educação Musical para a Educação Básica? A metodologia selecionada para seu desenvolvimento consiste na Abordagem Qualitativa (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015) e a Pesquisa Documental (SAMARA; TUPY, 2010) como método Para a análise dos dados coletados optou-se pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). A partir da análise dos textos selecionados sobre currículo em Educação e Educação Musical foi possível corroborar que a interpretação da legislação, por parte dos profissionais que atuam em instituições educacionais, bem como as adequações previstas a sua ação em contexto prático, podem contribuir para a transformação do ensino diante das particularidades do campo de atuação docente.

Palavras-chave: Educação Musical; Currículo; Abordagem do Ciclo de Políticas.

Introdução

A operacionalização do ensino da Música na Educação Básica brasileira vem se constituindo enquanto foco investigativo de pesquisadores das áreas da Educação e da Educação Musical nos últimos anos (AQUINO, 2017). Nesse sentido, a partir da Lei n.º 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Música nas escolas de Educação Básica, bem como a Lei n.º 13.278/2016, que estabelece a Música e as demais áreas da Arte (Artes Visuais, Dança e Teatro) como componentes curriculares obrigatórios, o escopo do texto apresenta um recorte da pesquisa de que objetiva investigar a elaboração de um Currículo em Educação Musical para o contexto da Educação Básica de um dos colégios da Rede Sinodal de Educação, localizado no Rio Grande do Sul, balizada pelo questionamento: Como a Abordagem do Ciclo de Políticas pode contribuir para a elaboração da proposta do Currículo em Educação Musical para a Educação Básica? Justifica-se, portanto, o desenvolvimento da pesquisa a partir do vínculo institucional de um dos investigadores ao corpo docente da instituição educacional relacionada, com vistas à elaboração de um documento norteador para as ações

educativo-musicais diante das proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Educação Musical e a Rede Sinodal de Educação

A história da Educação Musical pode contribuir com o campo investigativo, a partir de diferentes olhares (SOUZA, 2014; ROCHA; GARCIA, 2016; AMORIM, 2017), de modo a subsidiar relações reflexivas destinadas à compreensão do campo, bem como de seu processo de implementação na atualidade. Outros autores também se dedicaram a analisar historicamente a inserção da música nas escolas brasileiras, com ênfase na legislação (QUEIROZ, 2012; QUADROS JR.; QUILES, 2012), destacando-se a implementação da Lei Federal n.º 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas de Educação Básica (SOUZA *et al*, 2010).

Em se tratando do contexto investigado, a imigração alemã no Brasil trouxe algumas contribuições singulares ao país, destacando-se as preocupações de desenvolvimento cultural, social, político e, principalmente, educacional (AHLERT, 2006; GERTZ, 2013). Nesse sentido, a Rede Sinodal de Educação caracteriza-se, historicamente, por se constituir de escolas comunitárias, ao passo que sua concepção integra diversos setores organizacionais que interagem, de forma integrada, para manter ativa sua missão, visão e filosofia educativa. Portanto, as relações de gestão escolar surgiram enquanto temáticas investigativas para a evolução do processo educacional das escolas da rede (BECKER, 2014).

Referencial Teórico

Com ênfase na Abordagem do Ciclo de Políticas são relacionados os contextos a serem transversalizados aos dados coletados, quais sejam: O Contexto da Influência, no qual a política pública é iniciada; o Contexto de Produção do Texto Político, que incide na razão, bom senso e política popular, enquanto forma de registro representativo da própria política; o Contexto da Prática, que polariza a

inviabilidade de controle daquele que escreve o texto político, pois, como esclarecem Bowe, Ball e Gold (1992), “os escritores de política não podem controlar os significados de seus textos” (p. 22). Por sua vez, o Contexto dos Efeitos, é propiciado quando, a partir da prática, são agrupados e analisados os quadros de respostas da ação. E, por fim, o Contexto de Estratégia Política, que incide sobre o desenvolvimento das atividades sociais e políticas, fundamentais para analisar as relações de desigualdades (reproduzidas ou criadas) na política (BALL, 1994).

Procedimentos Metodológicos

As autoras Samara e Tupy (2010) esclarecem que “as pesquisas históricas são sustentadas por um conjunto de registros, de um ou mais tipos, constituindo uma amostra cuja amplitude varia em função dos variados requisitos da análise” (p. 68). Nesse sentido, com ênfase na abordagem qualitativa prosposta por Bauer, Gaskell e Allum (2015), a interpretação dos textos selecionados sobre currículo foi propiciada, a fim de oportunizar futuras reflexões às ações educativo-musicais para a constituição do Currículo em Música ao contexto selecionado.

Para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A autora explica que este tipo de análise permeia dois polos, o “do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p. 15). Sendo assim, seu uso viabilizou a realização dos procedimentos de organização e análise dos dados, momento em que compreendeu a seleção e identificação de textos sobre Currículo e Políticas Educacionais.

A seleção dos textos ocorreu a partir do acesso aos sites de revistas científicas especialidas em Educação e Educação Musical, tais como da Revista Currículos sem Fronteiras, da Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), da Revista OPUS, da Revista Música Hodie, bem como dos Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), os quais constituíram o corpus da análise relacionada a seguir.

Resultados e Discussões

Para Macedo (2006) “compreender o currículo como espaço-tempo de fronteira cultural e a cultura como lugar de enunciação têm implicações na forma como concebemos o poder e, obviamente, nas maneiras que criamos para lidar com ele” (p. 109).

Nesse sentido, diante do desafio da inserção do ensino da Música em uma escola de tempo integral, Veber (2010) apresenta a proposição do desenvolvimento de um currículo integrado entre a música e as demais áreas de conhecimentos curriculares. Seu estudo aponta que “a prática de um currículo integrado estava associada à necessidade de planejamento em conjunto, sendo este um dos grandes desafios e um dos maiores entraves para que a construção de um currículo fosse efetivada na escola” analisada (VEBER, 2010, p. 249).

O lugar e o significado, bem como as possíveis relações entre a educação musical e o currículo, são postas em diálogo no estudo realizado por Freitas (2016), com ênfase nas vivências formais e informais em música. O autor relaciona a importância de o “professor saber gerir conteúdos amplos, variados e também extramusicais, sem se distanciar do seu objetivo central: a música” (FREITAS, 2016, p. 8).

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura o eixo de discussão de Fischer e colaboradores, permeando a legislação brasileira sobre a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasilieira”, assegurada pela Lei n.º 10.639/03, e “História e Cultura Indígena”, prevista pela Lei n.º 11.645/08, relativizadas na publicação da primeira versão da BNCC, diante da obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica, a partir da implementação da Lei n.º 11.769/08 (FISCHER *et al*, 2016, p. 2).

Diante dessas relações, “a abordagem do ciclo de políticas é particularmente produtiva na análise das atuais políticas globais”, bem como os “enfoques que se submetem a uma inevitabilidade e a um caráter completamente novo dos atuais intercambiamentos entre nações” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 253).

Em se tratando da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de Educação Básica brasileiras, bem como a inserção da música como conteúdo curricular obrigatório, Figueiredo e Meurer (2016) apresentam os impactos da Lei n.º 11.769/08, “a partir de documentos, notícias e editais de concursos” (p. 516) inerentes à região sudeste do país.

Diante desta relação política compreende-se, conforme aponta Ball (2011), que “as políticas normalmente não dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou em que metas particulares ou efeitos são estabelecidos” (p. 46-47). No entanto, os textos políticos são passíveis de interpretações distintas, sua leitura e interpretação estão sujeitas à “luz” dos conhecimentos de mundo daqueles que a relaciona e a emprega na prática (BOWE; BALL; GOLD, 1992).

Considerações Finais

A relação estabelecida entre a produção investigativa sobre Currículo e Currículo em Musical, transversalizada à Abordagem do Ciclo de Políticas, pode incitar percepções acerca da constituição do Currículo em Educação Musical, para o contexto de uma das escolas da rede Sinodal de Educação. A investigação, portanto, corrobora que a interpretação da legislação, por parte dos profissionais que atuam em instituições educacionais, bem como às adequações previstas a sua ação em contexto prático, podem contribuir para a transformação do ensino diante das particularidades do campo de atuação docente. A continuidade da investigação, colocando em análise observações e documentos da instituição à qual se destina o desenvolvimento do Currículo em Música, poderá contribuir para o aprofundamento sobre a importância da Abordagem do Ciclo de Políticas para a elaboração do Currículo em Música na Educação Básica.

Referências:

AHLERT, Alvori. Igreja e escola: desafios atuais para as escolas comunitárias da Igreja Evangélica e Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e sua rede associativa.

Revista Actualidades Investigativas em Educación, v. 6, n. 3, set./dez., 2006. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/download/9224/17692> Acesso em: 10 nov. 2017.

AMORIM, Humberto. O ensino de música nas primeiras décadas do Brasil oitocentista (1808-1922). *Opus.* V.23, n. 3, dez., 2017. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2017c2303> Acesso em: 02 mar. 2018.

AQUINO, Thaís Lobosque. Da perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar: uma análise sobre os saberes musicais na Revista da ABEM e na OPUS – Revista da ANPPOM. OPUS – Revista da ANPPOM. *Opus,* v. 23, n. 1, abr., 2017. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/421/414> Acesso em: 02 mar. 2018.

BALL, Stephen J. *Education reform*: A critical and post-structural approach. Buckingham: Open university Press, 1994.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Tiago. A gestão na rede sinodal de educação. *Dissertação.* Escola Superior de Teologia (EST). Programa de Pós-graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014. 120 p. Disponível em: <bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_a5864c191d891028e5af8fe2cc3689c3> Acesso em: 10 nov. 2017.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. *Reforming education and changing schools:* Case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de; MEURER, Rafael Prim. Educação musical no currículo escolar: uma análise dos impactos da Lei nº 11.769/08*. Opus,* v. 22, n. 2, dez., 2016. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/414/391> Acesso em: 02 mar. 2018.

FISCHER, Daniele. et al. Noções naturalizadas de música, arte e criação: desdobramentos a partir de uma leitura da Base Nacional Comum Curricular. Anais *XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música,* B. Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4141/1303> Acesso em: 02 mar. 2018.

FREITAS, Alexandre Siqueira de. A importância da música e sua pluralidade nos currículos escolares e universitários*. Anais XXVI Congresso da Associação Nacional*

de Pesquisa e Pós-graduação em Música, B. Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4315/1378> Acesso em: 02 mar. 2018.

GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira e História das Religiões,* v. 5, edição especial, jan., 2013. Disponível em: <www.renegertz.com/publicacoes/artigos?start=10> Acesso em: 10 nov. 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais:* questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. *Currículos sem Fronteiras,* v. 6, n. 2, jul./dez., 2006. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.htm> Acesso em: 03 de jun. de 2018.

QUADROS JR., João Fortunato Soares de; QUILES, Oswaldo Lorenzo. Música na escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos e 1854 e 1961. *Revista Música Hodie.* Goiânia, v. 12, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/21584> Acesso em: 02 mar. 2018.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. *Revista da ABEM.* Londrina, v. 20, n. 29, jul./dez., 2012. Disponível em: <abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/.../88/73> Acesso em: 02 mar. 2018.

ROCHA, Inês de Almeida; GARCIA, Gilberto Vieira. História da Educação Musical no Brasil: reflexões sobre a primeira edição do GT 1.3 – XII Congresso da ABEM (2015). *Revista da ABEM*. Londrina, v. 24, n. 37, jul./dez., 2016. Disponível em: <abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/.../62...> Acesso em: 02 mar. 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & documento e metodologia de pesquisa.* 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SOUZA, Jusamara et al. Audiência pública sobre políticas de implementação da Lei Federal nº 11769/08 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. *Revista da ABEM.* Porto Alegre, v. 23, mar., 2010. Disponível em: <www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaabem/.../219> Acesso em: 10 mar. 2018.

VEBER, Andréia. Ensino de música na escola: experiência de um currículo integrado. *Anais do XX Congresso da ANPPOM*, 2010. Disponível em:

<http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2010/ANAIS_do_CONGRESSO_ANPPON_2010.pdf> Acesso em: 02 mar. 2018.